

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Na diplomacia triangular no governo Nixon, realizada por Henry Kissinger entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, houve aproximação e reconhecimento na prática de uma só China no Comunicado de Xangai de 1972, representada pela República Popular da China, com o intuito de explorar a cisão sino-soviética e reduzir tensões internacionais. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com essa República Popular em 1974 e, desde então, tem tido crescente relacionamento em diversas dimensões com essa nação, seja do ponto de vista do comércio, como principal parceiro nas exportações e importações, seja nos investimentos, com relevante ingresso de capitais chineses, e seja no setor tecnológico, como na cooperação aeroespacial do CEBERS e em inteligência artificial e economia digital, além de mecanismos, como a COSBAN e a atuação nos BRICS+, e em espaços multilaterais na perspectiva do desenvolvimento e do Sul global.

O socialismo com características chinesas, associado à liderança de Deng Xiaoping, iniciada em 1978, expressa a propriedade estatal e coletiva em setores e atividades-chave, combinada com o crescimento da propriedade privada e da perspectiva de abertura e reforma, utilizando incentivos produtivos e planejamento estatal com planos quinquenais e de longo prazo, como o “Made in China 2025”. Houve acelerado desenvolvimento econômico e tecnológico chinês posteriormente, o que permitiu que o país fortalecesse o seu sistema nacional de inovação, aproximasse das principais potências e alcançasse a fronteira tecnológica em diversas áreas, a exemplo da Indústria 4.0, robótica, aeroespacial, automotiva, semicondutores e inteligência artificial. Adicionalmente, a Nova Rota da Seda se associa a uma expansão dos investimentos e do comércio chineses com base nesse desenvolvimento econômico e tecnológico.

A atual Estratégia de Segurança Nacional, de 2025, traz prioridades da política externa dos EUA. Com relação ao hemisfério ocidental, estabelece-se o denominado Corolário Trump à Doutrina Monroe, segundo o qual os EUA buscarão restaurar a preeminência dos EUA na região, negando a concorrentes não hemisféricas a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais, entre outras questões de segurança e economia.

Com relação à China, destaca-se a mudança com o objetivo de reequilibrar a relação econômica e o déficit comercial com esse país, priorizando-se reciprocidade, justiça e independência dos EUA, junto com a manutenção de *status* deste país de maior economia mundial e de sua preeminência tecnológica, para prevenir conflitos no Pacífico e sustentar-se na competição estratégica, além de outras questões.

O Brasil, por sua vez, considera uma regressão voltar a um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência, então recusa alinhamentos automáticos, ao mesmo tempo em que deseja pluralidade e universalidade nas suas relações com todo o mundo, defendendo uma ordem multipolar e multilateral.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro aspecto, o(a) candidato(a) deve contextualizar a emergência dos direitos humanos, da ideia de que existe um conjunto de direitos inalienáveis que todo ser humano possui pelo simples fato de ser humano, particularmente a partir da segunda metade do século XX, em estreita conexão com o processo de descolonização afro-asiática, com a elaboração de cartas de direitos, tratados e convenções internacionais, e a incorporação da temática dos direitos humanos na política externa de vários países. E, junto com ela, da ideia de que a sociedade internacional tem responsabilidade pela vida e pela proteção dos direitos humanos do indivíduo, independentemente de seu próprio país. A assinatura da Carta de Fundação da ONU e da Carta de Fundação do Tribunal de Nuremberg, em 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, são os marcos fundadores do direito internacional dos direitos humanos. O(A) candidato(a) deve contextualizar, também, a emergência das políticas de identidade como vetores da política mundial voltada ao desenvolvimento sustentável, como forma de mobilização e de ocupação de espaços públicos para “minorias numéricas” — como é o caso dos indígenas, das pessoas com deficiência e dos grupos LGBTQIA+ — e de “maiorias minorizadas na representação”, como mulheres e pessoas negras no Brasil. Deve apresentar o processo de incorporação dessa pauta política nos organismos internacionais, passando pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD); pela Conferência de Durban (2001); pela Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância (2013); pelas Décadas Internacionais dos Afrodescendentes e culminando com os ODS da Agenda 2030 da ONU, e na formulação, pelo Brasil, do ODS 18 (igualdade étnico-racial), assim como em eventos e documentos como a Declaração de Belém sobre o Combate ao Racismo Ambiental, da COP30. Espera-se que o(a) candidato(a) aborde o conceito de justiça reparatória como elemento indispensável para superar o racismo estrutural herdado da escravidão e do (neo)colonialismo, e para a construção de sociedades efetivamente democráticas entre os povos que carregam esse legado histórico.

Em relação ao segundo aspecto, o(a) candidato(a) deve contextualizar a emergência das políticas públicas brasileiras de combate ao racismo, de ação afirmativa, como cotas raciais e de gênero em concursos públicos, e de memória e verdade, como as Comissões da Verdade políticas públicas de valorização da memória, da cultura e das línguas indígenas e de afrodescendentes. Deve abordar a estreita relação entre essas políticas domésticas e as posições do Brasil nos fóruns multilaterais. Nesse sentido, espera-se que o(a) candidato(a) aborde políticas com o objetivo de enfrentar a herança escravista de exclusão e o racismo estrutural e de promover direitos e equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, bem como às pessoas com deficiência e às mulheres, como a começar pelos comandos da Constituição Federal, mencionando a Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas), que reserva vagas em universidades e instituições federais de ensino para estudantes de escolas públicas, com subcotas para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e quilombolas; a Lei n.º 15.142/2025, que estabelece reservas de vagas em concursos públicos federais para pessoas negras (25%), para pessoas indígenas (3%) e para pessoas quilombolas (2%); as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010); o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco/Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, o reconhecimento de comunidades quilombolas; e as regras do TSE que distribuem recursos do fundo eleitoral de forma proporcional a candidatos(as) negros(as). Do mesmo modo, espera-se que o(a) candidato(a) aborde o direito à verdade, estabelecido como direito humano universal pela ONU, garantido primeiramente às vítimas diretas de regimes autoritários e, também, a toda a sociedade, como mecanismo de superação desses períodos. No Brasil, esse direito consta no Programa Nacional de Direitos Humanos, de 2009, nas recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, assim como nas políticas de reparação por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e da Comissão de Anistia (2002). Espera-se, finalmente, que o(a) candidato(a) mostre a estreita relação da emergência dessas políticas públicas no país com as posições assumidas pelo Brasil nos fóruns internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em relação à questão da reparação histórica dos povos escravizados, conjugando elementos de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais na formulação da resposta.

Em relação ao terceiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) aborde a construção histórica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, desde o primeiro encontro dos chefes de Estado e de governo dos países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, para a promoção e a difusão do idioma comum da Comunidade, passando pelas conferências de chefes de Estado e de governos, pela criação do Grupo e do Comitê de Concertação Permanente até chegar-se à criação oficial da CPLP, na Conferência de Lisboa, em 17 de julho de 1996. Quanto às tensões políticas no tratamento de questões ligadas ao passado colonial e à reparação aos povos escravizados, espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre a transição da “afetividade lusa” (lusotropicalismo) e da tese da democracia racial para o “pragmatismo responsável” na política externa brasileira, incluindo o reconhecimento pioneiro de Angola e a condenação do apartheid na África do Sul e, também, a atuação do Brasil como mediador nessas tensões, em função de sua posição no sistema lusófono, sua proximidade histórica com Portugal e seus vínculos políticos e identitários com os países africanos de Língua Portuguesa. Espera-se que sejam

abordadas a questão do reconhecimento das responsabilidades pela escravidão e as políticas de reparação aos povos escravizados. Espera-se que seja abordada, também, a reprodução de hierarquias e assimetrias através da centralização institucional em Lisboa, a questão da dependência financeira luso-brasileira e da permanência de um “controle editorial” metropolitano, incluindo a “batalha epistêmica” do Acordo Ortográfico, e os casos de xenofobia e discriminação enfrentados por migrantes dos demais países da CPLP em Portugal, além da busca de maior acesso ao mercado europeu por intermédio de Portugal e de pedidos de restituição e de retorno de bens culturais como formas de reparação histórica o Acordo Ortográfico como campo de batalha epistêmica, marcado pela resistência angolana à ratificação, pelas hesitações moçambicanas, pelas tensões entre normatização eurocêntrica e realidades plurilíngues africanas e pelas formas de resistência mediadas pela literatura africana (Paulina Chiziane, Mia Couto).

Obs.: as menções a conferências internacionais, leis e políticas públicas têm caráter exemplificativo e não exaustivo.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione que o Brasil acredita que a inteligência artificial (IA) não pode tornar-se monopólio tecnológico de poucos países e poucas empresas, devendo seus benefícios ser compartilhados e sua regulação ser realizada de maneira multilateral, sem assimetrias e congelamento do poder global nesse tema. Não pode também constituir-se em terreno para discursos de ódio, desinformação e manipulação eleitoral, nem causar desemprego e reforçar vieses de raça e gênero, ou acentuar injustiças e discriminações. Durante a presidência brasileira nos BRICS+, em 2025, o Brasil estabeleceu a agenda de uma inteligência artificial a serviço das pessoas, que deve ser regulamentada a partir de princípios de transparência, proteção dos dados e transferência de tecnologias, e em sinergia com os debates multilaterais.

Em relação ao segundo aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione a moratória do comércio eletrônico, que tem sido renovada a cada dois anos para proibir a tributação desse comércio e de transmissões digitais, mas não foi aprovada por falta de acordo na 14.^a Conferência Ministerial da OMC. São visões históricas as dos países ricos, que pretendem renová-la por prazo maior ou torná-la permanente, pois isso garante competitividade e previsibilidade a suas empresas, enquanto os países em desenvolvimento defendem o fim **ou as prorrogações reduzidas** dessa moratória, por **muitas vezes** a considerarem injusta, restritiva do ponto de vista fiscal e redutora do espaço de políticas para o desenvolvimento. A Índia mudou sua posição histórica sobre essa moratória na 14.^a Conferência Ministerial, ao passar da defesa de seu fim ou de extensões curtas para um entendimento de que ela poderia ser estendida por prazo maior do que dois anos. Já o Brasil manteve sua postura de ser contrário à prorrogação da moratória por mais de dois anos na Conferência, enquanto sugeriu a criação de um comitê permanente sobre comércio digital, com uma perspectiva orientada ao desenvolvimento.

Em relação ao terceiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione que a Índia sediou a Cúpula de Impacto da Inteligência Artificial, tendo conferido perspectiva do Sul global ao tema e destacado a necessidade de aproveitar e fortalecer ecossistemas de IA voltados ao desenvolvimento e ao crescimento inclusivo, à democratização da inovação em IA, à distribuição equitativa dos benefícios da IA e ao acesso a recursos críticos para o desenvolvimento de soluções de IA. Na ocasião, foi assinada a Declaração Conjunta sobre Parceria Digital para o Futuro entre o Brasil e a Índia, que marca um capítulo estratégico da relação bilateral, inclui cooperação, projetos e criação de rede (rede de inteligência planetária aberta) em infraestruturas públicas digitais, diálogo sobre governança digital e formulação de políticas públicas, além de colaboração acadêmica, em tecnologias emergentes e na mitigação de riscos da evolução tecnológica, para atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, bem como atuação conjunta em foros multilaterais relacionados à governança digital, com atenção a potenciais riscos e benefícios da IA.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) aborde os esforços de integração latino-americana, ~~desde a~~ **especialmente, a partir da** criação do MERCOSUL como bloco de integração ~~não apenas comercial, mas também~~ econômica, voltado à distribuição dos benefícios da integração, a seu fortalecimento institucional e à internalização da lógica da integração nos países-membros. **Fazem parte desse processo, entre outros, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), a Cúpula Mercosul-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a constituição da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), além da ampliação e da diversificação do MERCOSUL, com a inclusão de novos países membros, e da celebração de acordos comerciais com diversos parceiros extrarregionais (como Singapura, Emirados Árabes Unidos, Índia e Canadá).** ~~A constituição do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Protocolo de Olivos, as discussões em torno do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), além dos procedimentos facilitadores de cadeias produtivas regionais, são exemplos de ações voltadas a aprofundar o processo de integração.~~

~~Espera-se, também, que o(a) candidato(a) apresente a posição do Brasil frente à formação dos megabloques econômicos, à nova geração de mega-acordos regionais (RCEP e CPTPP, ASEAN) e à integração do Sul global, destacando o papel histórico do Brasil na UNCTAD, na OMC e no G-77, em favor de benefícios tarifários aos países em desenvolvimento, o não alinhamento automático com os EUA (a exemplo da negativa em participar da resistência na adesão à Área de Livre Comércio das Américas - ALCA) e a priorização das relações com a África (apoio do Brasil à entrada da União Africana no G20), a Ásia (aproximação entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático) e os demais países da América Latina, além do empenho no fortalecimento e na ampliação do bloco dos BRICS+.~~ O(A) candidato(a) pode mencionar a presidência *pró-tempore* do Brasil no MERCOSUL, em 2025, e os esforços da política externa brasileira em priorizar a integração regional, conforme disposto no parágrafo único do artigo 4.º da Constituição Federal de 1988. ~~Do ponto de vista concreto, o Brasil apoiou a adesão da Bolívia ao MERCOSUL e negocia acordos comerciais que envolvem as dimensões econômica, sociais e culturais para promoção de políticas de cooperação Sul-Sul e cooperação Norte-Sul nos marcos do multilateralismo.~~ **Espera-se que o(a) candidato(a) mencione etapas, dificuldades, avanços e recuos no processo das negociações do Acordo Comercial MERCOSUL/União Europeia, desde o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-EU, em 1995, passando pela resistência de países europeus, pelas exigências ambientais e regulatórias como mecanismos de proteção indireta ("protecionismo verde"), até a atual formulação celebração de um acordo de livre comércio que envolva** ~~mais de 720 milhões de pessoas e um PIB agregado da ordem de US\$ 22 trilhões.~~ **Essas questões devem ser entendidas dentro de um contexto de dinâmicas geopolíticas amplas, que articulam integração regional, disputas inter-hegemônicas e estratégias de inserção internacional do Brasil, num ambiente internacional marcado pelo recrudescimento de práticas protecionistas e por tensões no sistema multilateral de comércio.**

Espera-se que o(a) candidato(a) aborde os riscos e as perspectivas do acordo para a economia brasileira: **a progressividade da implantação; os setores potencialmente beneficiados (agronegócio, químicos, veículos e peças, energia, aviões, calçados e artefatos de couro) e prejudicados (máquinas, equipamentos elétricos e eletrônicos, têxteis e produtos de metal); salvaguardas para setores como farmacêutico e compras públicas; o potencial de ganhos e riscos macroeconômicos relacionados à previsibilidade e à segurança jurídica, à diversificação comercial e ao crescimento significativo e generalizado dos fluxos de comércio exterior do Brasil, com redução de custo de produção em função da possibilidade de importar insumos e bens de capital mais baratos; além de impactos anti-inflacionários sobre a taxa de câmbio e sobre a produtividade e competitividade;** os riscos relacionados a eventual piora nos saldos comerciais **de setores vulneráveis**, além de tendências de substituição de ~~pesos relativos de parceiros comerciais, com ampla substituição de parceiros do resto do mundo, do continente americano e até do MERCOSUL por parceiros europeus.~~ Por fim, como risco do acordo, o(a) candidato(a) pode abordar ~~a deterioração dos termos de troca para sinalizar a vulnerabilidade e a dependência de setores tecnológicos das economias do Sul global,~~ **além dos riscos de reprimarização e desindustrialização.**